

PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS/OS ESTUDANTES DE SERVIÇO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

SOCIOECONOMIC PROFILE OF THE STUDENTS OF SOCIAL WORK OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SANTA MARIA

Cristina Kologeski Fraga¹, Ana Flávia Roatt de Oliveira², Mariana Marques Sebastiany³

RECEBIDO: 06/10/2017 | 12/04/2018

DOI: 10.5902/2317175831480

RESUMO

O artigo pretende dar visibilidade aos resultados da pesquisa realizada no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), que pretendeu delinear a caracterização socioeconômica dos e das estudantes de Serviço Social. Além disso, traçou-se a trajetória da constituição do curso na referida Universidade. A metodologia foi do tipo quanti-qualitativa e constituiu-se de um questionário à totalidade de estudantes de Graduação em Serviço Social no primeiro semestre de 2017 e de três entrevistas com os (as) servidores (as) que protagonizaram o mesmo na UFSM, além de revisão bibliográfica. As considerações finais sugerem uma aproximação ao perfil geral da categoria profissional.

Palavras-chave: Ensino superior; Estudante universitário; Serviço social; Reuni.

¹Professora Associado do Departamento de Serviço Social da UFSM.

²Bacharela em Serviço Social (UFSM).

³Bacharela em Serviço Social (UFSM). Mestranda em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do RS.

ABSTRACT

The article intends to give visibility to the results of the research carried out in the Social Work course of the Federal University of Santa Maria (UFSM), which aimed to outline the Socioeconomic characterization of students and Social Work. In addition, the trajectory of the constitution of the course in the University was traced. The methodology was quantitative-qualitative and consisted of a questionnaire to the total number of undergraduate students in Social Work in the first half of 2017 and three interviews with the founders of the course at UFSM, besides bibliographic review. The final considerations suggest an approximation to the general profile of the professional category.

Keywords: Higher education; University student; Social Work; Reuni.

1 Introdução

O presente artigo é oriundo de uma pesquisa realizada no curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), junto a suas e seus estudantes, tendo por objetivo analisar a caracterização socioeconômica das/os estudantes de Serviço Social dessa instituição de ensino, discutindo alguns aspectos que permeiam a formação superior.

O curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria foi criado no ano de 2009, procedente do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI)⁴ e recebeu sua primeira turma em 2010. Trata-se, portanto, de um curso bastante jovem, tendo-se em vista que, atualmente, conta com apenas quatro turmas formadas. Nesse sentido, buscando complementar e trazer novos pontos à questão central da pesquisa, será abordado o REUNI no seu contexto de implementação e na relação com o curso estudado.

A inserção no ensino superior, uma das nuances da pesquisa, traz como pano de fundo a busca, por parte das/os acadêmicas/os, pela capacitação profissional e melhor colocação no mercado de trabalho. Em se tratando da condição de aluna/o trabalhador/a, uma das hipóteses centrais da pesquisa, isso adquire força, bem como implica em diversos aspectos objetivos e subjetivos da vida acadêmica devido aos gastos com material didático, deslocamento, moradia, alimentação, assim como o tempo possibilitado para os estudos, entre outros.

Existe no Brasil, conforme Ristoff (2014), um perfil de estudante de graduação o qual se apresenta como "elite". O termo "elite" é utilizado para designar a minoria que cursa ensino médio e cursos de graduação em idade apropriada, minoria essa associada, segundo pesquisas, às condições socioeconômicas dos e das estudantes e de seus pais. Essa latente discrepância de idade apropriada ou não das/os acadêmicas/os que ingressaram no ensino superior denota ainda mais a desigualdade social no Brasil.

Estudantes trabalhadoras/es e estudantes filhas/os de trabalhadoras/

⁴ Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007.

es ingressam mais tarde ou demoram mais a concluir seus estudos em razão de suas dificuldades socioeconômicas que os levam a trabalhar concomitantemente com o período acadêmico. A jornada de trabalho, por vezes, exaustiva dificulta a assiduidade e é agravante à evasão da/os estudantes, principalmente as/os de cursos noturnos, que são os mais procurados por esse público

Embora ainda seja dominante, a mudança desse perfil que possui amplo acesso e condições socioeconômicas mais favoráveis às universidades brasileiras, está em transição. Isso mostra o processo de democratização de acesso aos cursos de graduação, principalmente com a criação de políticas públicas de incentivo à educação, tais como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), Sistema de Seleção Unificada (Sisu), Lei das Cotas nas Instituições Federais, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação das Universidades Federais (REUNI)⁵, o qual permitiu a criação de novas universidades e a ampliação de campi para áreas mais afastadas dos grandes centros, dentre outras políticas que facilitaram o acesso ao ensino superior no país.

O Reuni é uma das políticas públicas que possibilitou a criação de mais vagas em cursos já existentes e, também, novos cursos noturnos, incentivando a/o trabalhador/a estudante, em sua maioria fora do padrão de idade considerada ideal ou apropriada, a ingressar no ensino superior, tendo a possibilidade de cursar uma graduação à noite, não interferindo no seu trabalho, não raro provedor do sustento de si e da família.

É fato a necessidade de intervenção e políticas que atuem diretamente no auxílio e apoio a essas/es novas/os estudantes, que traçam perfil diferente de outrora e necessitam de suporte não apenas para ingressar, mas para dar prosseguimento e concluir a graduação. Para isso, torna-se necessário conhecer o perfil das/os estudantes que ingressaram após a Reestruturação e Expansão das universidades, o que ainda é pouco estudado.

Em âmbito mais local, é necessário conhecer a caracterização socioeconômica das/os estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria para que o curso como um todo possa propor ações coerentes e eficazes de acordo com a demanda estudantil que possui, o que implicará na formação profissional que oferece. Relacionando ao Serviço Social, a pesquisa poderá contribuir para corroborar ou refutar a questão da configuração histórica da categoria profissional estar se modificando ao longo dos últimos anos, pois o perfil das/os estudantes de Serviço Social pode também estar se alterando. Dessa forma, a pesquisa buscou responder fundamentalmente a seguinte questão: Qual a caracterização socioeconômica dos (as) estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria?

5 O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, ao definir como um dos seus objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, lançado pelo Presidente da República, em 24 de abril de 2007. Este programa pretende congrega esforços para a consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o Ministério da Educação cumpre o papel atribuído pelo Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2001) quando estabelece o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década. (BRASIL, 2007, p. 4).

Logo, com vistas a conhecer as características gerais que se apresentam entre as/os estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, dadas as determinações que as permeiam, buscou-se, também, entender como ocorreu a expansão do ensino superior no Brasil, questão a ser tratada no próximo item.

2 Expansão do ensino superior no Brasil e a criação do curso de Serviço Social da UFSM

A expansão de ofertas de vagas para o nível superior no Brasil vem de um processo iniciado na década de 90 do século passado, aprofundado a partir da implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394 de 20 de dezembro de 1996) que incentivava a criação de instituições de ensino superior para fins lucrativos, propiciando empreendedores para o setor, gerando competição por alunas/os, um número alto de evasão, com vagas sem preenchimento total e um relativo desleixo a cumprir com a obrigação estabelecida.

Esse prolongamento da educação superior, em seu início, era mais voltado para o setor privado, o qual teve um crescente em relação a universidades e faculdades que ofertavam mais vagas e menos concorrência do que no setor público. Sua origem está em um período de latentes investidas neoliberais, correspondente ao mandato do presidente, na época, Fernando Henrique Cardoso (FHC). Em seu desenvolvimento, esse processo perpassou por políticas que tinham como objetivo a democratização do acesso ao ensino superior. Data-se esse fato a partir do governo Lula, no ano de 2003.

Pode-se considerar que no decorrer [dos] dois mandatos do presidente Lula [...] houve iniciativas importantes do ponto de vista de políticas regulares de educação no sentido de buscar recuperar o papel protagonista do Estado Federal como promotor de políticas para o setor, bem como de tentativas de correção de distorções naturais de um país com as dimensões do Brasil e com suas diferenças regionais. (OLIVEIRA, 2009, p. 207)

Nesse contexto, pode-se apontar alguns programas desenvolvidos e melhorados com esse propósito citado por Oliveira (2009), como o Programa Universidade Para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre outros⁶ com essas características. Conforme o Ministério da Educação (MEC) o seu objetivo central é possibilitar este nível de ensino a uma parcela maior da população, a fim de reduzir as desigualdades de cunho social que estão divididas regionalmente.

Esse artigo se deteve mais no programa REUNI, tendo em vista que se buscou traçar o perfil de estudantes de um curso oriundo desse projeto. Este

6 Mais informações: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/programas-e-aco-es>.

que foi instituído pelo decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, integrado ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e consistiu primeiramente em aumento no número de vagas em universidades públicas, aberturas e/ou ampliação de cursos noturnos, além do combate à evasão.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (DECRETO Nº 6.096, DE 24 DE ABRIL DE 2007)

Conforme o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE (2004) iniciou no ano de 1994 um levantamento do Perfil Socioeconômico e Cultural das/os Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, no qual se apresentou dados das políticas de assistência, buscando assegurar não somente o acesso como a situação permanente das/os estudantes nas universidades federais. Anos depois, em 1997, foi feito um aprofundamento com relação ao levantamento amostral do perfil socioeconômico do ano de 1994, que foi explanado à ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil) e ao Ministério da Educação, onde, a partir do resultado da 1ª Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural das/os Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras, foi possível construir o Plano Nacional de Assistência Estudantil. Nesse mesmo período, as Universidades que participavam conseguiram formular suas próprias políticas locais.

Nesse relatório, a FONAPRACE mostrou que seria de suma importância ter um posicionamento sobre a criação de uma política pública para a assistência universitária estudantil, sendo que não bastava somente assegurar o acesso às/aos estudantes, mas, também, criar condições para que todas/os permanecessem na universidade até concluírem seus cursos, procurando amenizar as desigualdades decorrentes das condições estruturais e econômicas naquele instante.

Dados mais atuais do resultado do Censo da Educação Superior PNAD-IBGE (2013), despontam que os impactos da expansão da educação superior advêm de três faixas desde o ano de 2003, onde demonstra que no ano de 2012, o percentual de pessoas que estavam frequentando a educação superior representa quase 30% da população brasileira numa faixa etária de 18 a 24 anos e que, no entanto, 15% está adequada para cursar esse nível de ensino.

Com relação a esse mesmo dado estatístico, os impactos dessa expansão da educação superior podem ser vistos também a partir das características de escolaridade, em que há um expressivo avanço entre as gerações de diferentes dimensões (renda, cor ou raça, sexo e região geográfica), uma vez que fica nítido que as políticas de inclusão precisam ser mantidas, garantindo a igualdade de oportunidades para todas/os estudantes.

2.2 Um olhar sobre o perfil profissional do (a) assistente social brasileiro (a)

O Serviço Social brasileiro tem seu histórico de conformação ligado muito fortemente a processos peculiares da presente sociedade, tais como as ações de caridade de base católica, a filantropia e o assistencialismo. Com isso, o perfil profissional que se estabeleceu nos primórdios de constituição da profissão era basicamente composto por mulheres, brancas, de classe média, que em sua maioria, tinham algum tipo de ligação com a Igreja Católica. Com o passar dos anos e com as mudanças societárias que implicaram em transformações para o Serviço Social, como um todo, as características socioeconômicas das/os assistentes sociais foram se alterando, sutilmente em alguns aspectos, conforme nos mostram algumas pesquisas apresentadas na sequência.

A pesquisa "Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional", realizada no ano de 2004, pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em convênio com a Universidade Federal de Alagoas, possibilita traçar um perfil profissional da/o assistente social brasileira/o. Com relação ao sexo, a categoria, ainda é predominantemente feminina, contando com apenas 3% de homens, sendo a região com maior percentual masculino a Sudeste (7%) e a menor a região Sul (1%); idade: prevalecem as idades entre 35 a 44 anos (38%), 25 a 34 anos (30%) e 45 a 59 anos (25%); religião: destaca-se a Católica (67,65%), seguida de Protestante (12,65%), Espírita Kardecista (9,83%) e nenhuma (7,92%); pertença étnico-racial: branca (72,14%) seguida de pretas/os-negras/os (20,32%); orientação sexual: heterossexual (95%), homossexual (3%) e bissexual (2%); situação conjugal: 53% dos assistentes sociais são casadas/os e 47% são solteiras/os; quantidade de filhos: nenhum (44%), dois (24%), um (20%), três ou mais (13%).

O perfil geral da/o assistente social no Brasil, segundo a referida pesquisa do CFESS (2004), perfaz-se de mulher, com idade entre 35 a 44 anos, católica praticante, que se autodeclara branca, heterossexual, casada, sem filhos ou constituindo uma prole de dois filhos. Características essas que se conformam e se alteram de acordo com os processos que a sociedade brasileira passa e com a correlação de forças internas na categoria, tendo na formação profissional algo crucial para tal conformação.

Simões (2012), no livro intitulado *Assistentes sociais no Brasil: um estudo a partir das Pnads*, foca sua pesquisa na definição de quem são as/os assistentes sociais e como se constitui o perfil profissional. O livro trata de dados sobre o perfil profissional divididos em décadas a partir de um mapeamento realizado dos micros dados das Pnads (Pesquisas Nacionais de Amostra Domiciliar/ IBGE). Dentre as conclusões de que Simões chega em sua pesquisa sobre o perfil profissional, a primeira é a de que afirma que este está relacionado a fatores internos e externos à profissão. Entre os internos, diz respeito ao conjunto de atividades exercidas pelas/os assistentes sociais. Estas atividades permanecem atraindo um contingente majoritariamente feminino; em outros termos uma profissão que é: "[...] de nível superior mais feminina do Brasil".

O mesmo autor também ressalta que são mulheres preocupadas com o "social", dispostas à ação militante, com forte apelo religioso, a predominância é feminina (95%), a média de idade é 41 anos. Em termos de cor/raça a pesquisa identifica que há 66,1% de brancos, 27,1% de pardos; 5% de pretos e 1,3% de outros. Contudo, a distribuição de cor e raça dos assistentes sociais varia de acordo com a região onde trabalham, da seguinte forma: Sul (91,3%) são brancos; Sudeste (76,1%) são brancos; e nas regiões Centro-oeste (58,3%), Nordeste (54,6%) e no Norte (60,3%).

Em relação a família, as/os assistentes sociais são em 49% constituídas de casal com filhas/os; 22,5% de mães com filhas/os; por casal sem filhos 12,8%, e outros tipos 15,6%, independentemente da região. As famílias de assistentes sociais, variam entre 1 e 8 membros, sendo a média de 3,1 membros. A posição da/o assistente social na família também varia em relação aos estados, mas de maneira geral 42,9% são cônjuges, 36,3% são pessoas de referência na família e 16,7% são filhas/os.

Um dado preocupante apontado pela pesquisa de Simões, é que a esmagadora maioria, 95,6% das/os assistentes sociais só possuem graduação, independentemente do ano e da região do país, isto pode estar atrelado a excessiva carga horária de trabalho desses profissionais e, também, a baixa remuneração, o que pode estar acarretando em estagnação dos estudos.

2.3 Concepção teórica sobre trabalho

De suma importância é também a concepção da categoria *trabalho*, assumindo-o como base de fundamentação teórica e reprodução da vida social das/os sujeitas/os da pesquisa, tendo em vista que uma das hipóteses do estudo, centrava-se na afirmação de que as e os estudantes de Serviço Social da UFSM eram constituídos por sua maioria de trabalhadoras e trabalhadores. Se essa hipótese se confirmasse, então a questão que passava a nortear a dúvida era o que é trabalho? O que é emprego? O que é ser estudante trabalhador/a? Qual o significado do trabalho para as pessoas que o exercem?

Conforme Albornoz (2002), o significado de trabalho altera no desenvolvimento histórico da sociedade, e mesmo na contemporaneidade, as significações podem ser múltiplas. Porém sempre carrega consigo um sentido de ação, tanto quanto produz um objeto (concreto, físico), tanto quando se refere a uma produção cultural ou teórica. No entanto, na prática o trabalho sempre envolve essas duas esferas, intelectual e física, mesmo que uma delas seja preponderante.

A mesma autora também distingue as diferenças semânticas do conceito conforme a área do conhecimento: nas ciências naturais, por exemplo, trabalho pode ser realizado por um músculo do corpo humano, enquanto a sociologia compreende o trabalho dentro de um contexto social e histórico, como na divisão social do trabalho.

Em português, apesar de haver labor e trabalho, é possível achar na mesma palavra trabalho ambas as significações: a de realizar uma obra que te expresse, que dê reconhecimento social e permanença além da tua vida; e a de esforço rotineiro e repetitivo, sem liberdade, de resultado consumível e incômodo inevitável. (ALBORNOZ, 2002, p. 9)

As formas de trabalho modificam-se substancialmente, conforme o tempo/espaço, aponta Albornoz (2002). Nas comunidades indígenas, o trabalho tem caráter de subsistência, ou seja, quase em sua totalidade serve apenas para alimentação, habitação ou produção de objetos, vestimentas e adornos – dessa forma não há excedentes comercializáveis, conseqüentemente, também não há pessoas pobres ou ricas, pois todos (as) compartilham igualmente os produtos de seus trabalhos. É a partir de quando o indivíduo passa a produzir mais do que necessita para sobreviver e a vender essa produção que as classes e desigualdades de condições de vida surgem.

O trabalho é, em primeiro lugar, um processo entre a natureza e o homem, processo em que este se realiza, regula e controla, mediante sua própria ação, seu intercâmbio com a natureza. Nesse processo o homem se defronta, como um poder natural, com a matéria da natureza. Põe em ação as forças naturais que formam o seu corpo, seus braços e pernas, cabeça e mãos, para poder assim assimilar, de forma útil para sua própria vida, a matéria oferecida pela natureza. E, ao mesmo tempo que atua sobre a natureza exterior e a transforma, transforma igualmente sua própria natureza, desenvolvendo suas possibilidades latentes e submetendo o jogo de suas forças à sua própria disciplina. (MARX, *apud* CASTRO, 2004, p. 130)

Para Karl Marx, o trabalho está ligado a fundamentação ontológica social do indivíduo, é o formador do ser social⁷, conquistando mediações no processo histórico, como: a universalidade, a sociabilidade, a consciência, a liberdade. É com base no trabalho que o homem efetua a cooperação, a interação entre eles, o socializar das necessidades, a formação da cultura e a reprodução do ser social (BARROCO, 2005, p. 26).

Na origem de elaboração das relações dos homens, o ato de alterar o que é ócio com uma finalidade, para além de obter consciência e planejar o que pretende modificar, também vai permiti-lo criar vínculos sociais; por conseguinte trocar informações através da linguagem, desenvolvendo maneiras de compartilhar necessidades comuns para que coletivamente realizem a superação destas, potencializando suas ações em sociedade.

Na ótica capitalista, o sentido emancipado do trabalho limita-se, trazendo contrariedades para seu caráter livre, universal, consciente e social. **Inversamente, faz com que os indivíduos realizadores deste não se reconheçam**

⁷ Barroco utiliza o conceito de Lukács para explicar o que é o ser social, compreendendo que é onde se encontra o ponto de partida da humanização do homem, em suas faculdades de distinção e também na qualidade de seus domínios sobre si.

como tal, gerando estranhamento para com o objeto criado, distanciando-se também da atividade, da relação consigo e com os demais (BARROCO, 2004, p. 33). Nesse contexto, a/o proletária/o se torna individualista, não consegue condicionar um contato próximo a fim de estreitar relações sociais, se mantém menos sociável e dispersa-se do trabalho, que:

[...] se torna um objeto, do qual o trabalhador só pode se aposar com os maiores esforços e com as mais extraordinárias interrupções. A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX *apud* CASTRO 2004, p. 363).

Para fins da pesquisa realizada junto às e aos estudantes de Serviço Social, há também que diferenciar trabalho e emprego, pois comumente os conceitos parecem ser sinônimos, devido à valorização das formas de trabalhos formais e remunerados no sistema capitalista. De acordo com Liedke (202, p. 345): “[...] associou-se à noção de trabalho (referente ao trabalhador livre, na relação assalariada) à sua forma institucional, o emprego”.

Nessa perspectiva, o emprego insere-se nas formas de trabalho formal, remunerada e registrada, porém a categoria trabalho é muito mais abrangente. Uma grande parcela da população trabalha no setor informal e existem também as trabalhadoras/es domésticas/as, que embora não sejam remuneradas/os, também produzem trabalho útil socialmente, bem como as pessoas que dedicam seu trabalho em organizações filantrópicas, Organizações Não Governamentais (ONG's) e associações políticas.

Desta maneira, constata-se que o conceito do que é trabalho pode diversificar, e depende do conjunto histórico em que se faz presente, logo se conclui que pode ser modificável ao longo dos processos relevantes da sociedade. Podendo ter papel libertador e universal, ser de cunho social e despertar a consciência do homem até exercer-se de forma alienada, aprisionando e dividindo os indivíduos, tal como se apresenta no sistema capitalista.

3 Métodos de pesquisa

A metodologia constituiu-se de uma pesquisa do tipo quantitativa-qualitativa. Foi elaborada junto às/aos primeiras/os servidoras/es do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria e com as/os estudantes desse curso, conforme destacado na sequência.

A primeira parte, quantitativa, foi a aplicação de um questionário com perguntas abertas e fechadas aos/às estudantes do curso de SS - UFSM. A segunda parte, a qualitativa, obteve-se a aproximação com os sujeitos que compõem o curso que foi pesquisado, no caso os/as primeiros/as servidores/as (docentes e técnico-administrativo em educação) do curso de Serviço Social da UFSM, com

o objetivo de desvelar suas experiências no que tange à realidade de implantação e implementação do Curso. Sendo assim, para Martinelli (1994, p. 25), “[...] muito mais do que descrever um objeto, buscam conhecer trajetórias de vida, experiências sociais dos sujeitos, o que exige uma grande disponibilidade do pesquisador e um real interesse em vivenciar a experiência da pesquisa.”

No aspecto quantitativo, a aproximação com os/as estudantes do Curso de Serviço Social deu-se por meio de questionário semiestruturado aplicado à totalidade estudantil nos dias de coleta de dados. O questionário foi escolhido nessa pesquisa porque possibilita a participação a todos/as os/as estudantes do Curso de Serviço Social interessados/as em participar da pesquisa, sem assim, restringir a participação apenas àqueles/as com acesso a meios eletrônicos. Nesse sentido, os procedimentos metodológicos articularam as técnicas quanti e qualitativas, na primeira fase com a aplicação de questionário e na segunda, com as entrevistas.

Dessa maneira, a amostra da pesquisa pretendeu atingir o universo da população de estudantes do curso pesquisado com matrículas ativas no primeiro semestre de 2017, que possuíam idade igual ou maior que 18 anos, perfazendo 160 estudantes. Alcançou participação de 75% destes/as, totalizando 120 pessoas. E, ainda, buscou abranger a população de servidores/as que implantaram o curso na universidade, duas docentes e um técnico administrativo.

Previamente foi aplicado um teste piloto com 05 estudantes do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, com o objetivo de verificar se as perguntas e alternativas elencadas no questionário estavam de fácil compreensão e interpretação, as devolutivas do teste piloto foram positivas e sem sugestões de melhorias.

Posteriormente foram aplicados os questionários aos/as estudantes de Serviço Social matriculados/as no primeiro semestre de 2017, em quatro turmas, dos seguintes períodos 2º, 4º, 6º, 8º. O material foi constituído de perguntas abertas e fechadas e aplicado em forma impressa disponibilizado individualmente, durante o horário de aula, mediante concessão de tempo e espaço pelo/a professor/a.

Referente às entrevistas, foram direcionadas para o/a *professor/a X*, primeiro/a coordenador/a do curso, para o/a *professor/a Y*, também primeira/o docente do curso, e para o/a primeiro/a *secretária/o Z* do curso. Essas constituíram-se de um roteiro direcionado e estruturado com perguntas abertas com o objetivo de desvelar a trajetória de iniciação do Serviço Social na UFSM, devido a carência de informações como dados sobre estruturação, currículo e perfil de discentes nas primeiras turmas.

No que refere a análise dos dados quantitativos via questionários, foi por meio de estatística simples com base em Barbetta (2006) e Chizzotti (2000). Após aplicação dos questionários, os dados foram organizados a fim de evidenciar informações relevantes, em termos objetivos da pesquisa.

Nesta etapa chamada de descrição dos dados, foi realizada a distribuição de frequências, que segundo Barbetta (2006, p.16), refere-se: [...] “a organização dos dados de acordo com as ocorrências dos diferentes resultados

observados". À análise dos dados quantitativos, conforme Chizzotti: "Usa-se a análise estatística para mostrar a relação entre variáveis por gráficos, classificados por categorias e medidos por cálculos de parâmetros característicos [...] ou para mostrar a relação entre variáveis" (1998, p. 69). De acordo com esse autor, a análise estatística serve também para ampliar as possibilidades de correlação, comparação e análise dos dados coletados.

O procedimento que foi utilizado na parte qualitativa, com base em Bardin (1977), com três etapas essenciais no processo de uso da análise de conteúdo: a *pré-análise*, que foi a fase de organização do material de pesquisa, a *descrição analítica*, na qual o material organizado foi submetido a um estudo aprofundado com base nos referenciais teóricos da pesquisa e a *interpretação referencial*, em que os elementos da pesquisa foram relacionados com as variáveis mais complexas como um todo e da totalidade social em que estão inseridos, ou seja, a realidade dos/as estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria.

Em relação aos aspectos éticos, cumpre destacar que os procedimentos de coleta foram norteados pelo respeito aos participantes, na sua liberdade em participar ou não da pesquisa. Dessa forma, a primeira providência foi a de submeter o projeto de pesquisa à avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSM e, somente após aprovação expressa do CEP⁸ que a pesquisa começou a ser executada. Após a aprovação do projeto de pesquisa, passou-se a contatar as/os sujeitas/os para lhes explicar os propósitos da pesquisa e solicitar sua autorização para participar da mesma. Uma vez verificada a possibilidade de participação, foram explicados os seus objetivos, bem como, o compromisso ético, explícito no termo de consentimento livre e esclarecido exigido pela Resolução 510/2016 que dispõe sobre a pesquisa envolvendo seres humanos nas Ciências Humanas e Sociais⁹.

4 Apresentação e discussão dos resultados

A hipótese central da pesquisa estava assentada na afirmação de que o perfil de estudante do curso de Bacharelado em Serviço Social da UFSM era: dominante do sexo feminino; composto por trabalhadoras; com religião em sua maioria, porém não praticante; com visão político-ideológica de esquerda, sem ligação direta com partido político-partidário; de renda bruta média de 02 salários mínimos; com naturalidade de Santa Maria; que utilizam transporte público para deslocamento casa/trabalho até o campus, custeado com recursos próprios.

⁸Título da Pesquisa: A caracterização Socioeconômica dos Estudantes de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria - CAAE: 57820916.5.0000.5346 e número do parecer do CEP: 1.708.288.

⁹A devolução dos resultados foi realizada a toda comunidade acadêmica do Curso de Serviço Social na ocasião de sua semana acadêmica do ano de 2017. Também foi disponibilizada uma cópia impressa da pesquisa ao Diretório Acadêmico do Curso de Serviço Social (DASS), à Coordenação do Curso de Serviço Social e ao Departamento de Serviço Social, para que todas as categorias que compõem o Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria tivessem acesso aos resultados, bem como outra entregue à direção do Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH), onde o curso está alocado.

A caracterização socioeconômica constatada a partir da aplicação dos questionários foi de: mulher (83%), seguida de homens (15%) e outras identidades de gênero que não foram especificadas (1%). A média de idade predominante foi acima de 22 anos (mais de 45%). No que refere a orientação sexual, 84% das/os pesquisados/as declararam-se heterossexual, seguidos de homossexual (5%), bissexual (4%) e outros (2%).

Outros resultados preponderantes referem que a maioria é solteira (67%), seguido de em união estável¹⁰ (18%), casada/o (12%); 71% não possuem filhos (as), enquanto 28%, afirmaram ter filhos. Destas/es, 50% possuem 1 filha/o, 29% 2 filhas/os e 21% têm 3 filhas/os ou mais.

Em grande parte são estudantes naturais do Rio Grande do Sul e residentes em Santa Maria (93%), as demais (6%) habitam em cidades próximas da UFSM. Além disso as/os pesquisadas/os declararam-se com visão político-ideológica de esquerda, mas sem relação direta com partido político-partidário e não militante de movimento e/ou organização social.

Da suposição geral inicial, houve divergência apenas com relação à prática da religião, pois a maioria das/os estudantes é religiosa/o praticante, e naturalidade, visto que, a maioria não pode ser considerada santa-mariense, apesar de uma parte considerável ser (44%). Nessa questão apareceram 40 respostas distintas, cuja maior parte são cidades de várias localidades do estado do Rio Grande do Sul, sobretudo do interior. Também apareceram lugares de outros dois estados da federação.

Quanto a idade dos/as pesquisados/as, 47,5% possui de 22 a 30 anos de idade, 20% tem de 17 a 21 anos, 14% possui de 41 a 50 anos, 13% de 31 a 40 anos e somente 4% informa ter 51 anos ou mais. Ou seja, 31% possui 31 anos ou mais, o que implica compreender que essas/es sujeitas/os talvez demandem maior atenção pedagógica, pois a faixa etária com que se encontram se refere a um período da vida em que a maior parte das pessoas já não estuda há um tempo considerável.

Com relação ao perfil histórico da categoria, é possível perceber aproximações e afastamentos mediante o encontrado. Apesar de o gênero predominante permanecer sendo o feminino, há um recorte de classe hoje inserido nesse perfil, que foge daquele majoritariamente elitista, nos termos de Ristoff (2014).

Além do gênero, dos resultados verificados, a pertença étnica também vai ao encontro dos do perfil atual da categoria. Simões (2012) analisa as/os assistentes sociais brasileiras/os através da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios), apontando a caracterização socioeconômica dessas/es profissionais com predominância feminina, média etária de 41 anos, cor branca, em sua maioria casadas e possuem filhas/os.

Tendo em vista o recorte de gênero predominantemente feminino no Serviço Social e, também, entre as estudantes de Serviço Social da UFSM, im-

¹⁰ No questionário, optamos por abrir essa categoria em duas, quais sejam: em união estável e morando junto há mais de 6 meses, as quais tiveram, respectivamente, 12% e 6% das respostas. Porém, para fins de síntese, unimos-as, porque dizem respeito a mesma coisa na prática: "convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família", conforme o Código Civil (BRASIL, 2002), ainda que considerando que a categoria em união estável propriamente possa implicar reconhecimento judicial.

porta conceituar gênero, bem como contextualizar e problematizar a categoria “identidade de gênero”. Tendo surgido entre as décadas de 1970 e 1980 na academia, os estudos de gênero objetivavam historicizar e desnaturalizar a desigualdade entre homens e mulheres (legitimada muitas vezes pela categoria sexo, que tende a ser explicada biologicamente, mas que também sofre implicações sociais), analisando-a de forma relacional, isto é, não devendo limitar-se à categoria mulher, mas analisá-la de forma relacional ao homem (CISNE, 2015). Nisto, Saffioti (2015) refere-se ao gênero como as representações do masculino e do feminino, as imagens construídas pela sociedade em torno do masculino e do feminino, cujas estão inter-relacionadas.

Ademais, Saffioti (2015, p.47) comenta:

Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (Lauretis, 1987); como símbolos culturais evocados de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (Scott, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (Flax, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem-mulher, mas também, relações homem-homem e relações mulher-mulher (Saffioti, 1992, 1997b; Saffioti e Almeida, 1995).

Portanto, discutir gênero presentemente é compreender que as mais diversas desigualdades entre mulheres e homens não advém de questões naturais e/ou de “essência” masculina ou feminina, mas de construções sócio históricas que determinam essas relações. Tais desigualdades observadas por análises feministas permitem concluir que o gênero é hierárquico. Apesar disso, às vezes, é trazido como uma “bicategorização inofensiva”, nas palavras de Mathieu (2009), permitindo que se estude questões simbólicas e ideológicas do feminino e do masculino, mas não se faça alusão à opressão da mulher, ou ainda sendo utilizado em diversos sentidos, inclusive eufemizando o sexo, sem diferenciar o primeiro e o segundo, o que pode naturalizar o gênero (Mathieu, 2009).

Nisso, há a negação da desigualdade entre os sexos como fenômeno estrutural e determinante das relações sociais, ocultada pela “diversidade de gênero”, que geralmente não faz interlocução com as questões de classe e raça. Daí convém situar que, apesar da utilização de “identidade de gênero” na presente pesquisa, continua-se concordando com os pontos levantados, tendo plena ciência que esses riscos acompanham tal escolha. Logo, paralelamente ao uso da categoria identidade para se referir a gênero, a qual remete à identificação no mundo (podendo ou não ir ao encontro do gênero que foi atribuído quando de seu nascimento), dá-se ênfase que o gênero não se resume à mera escolha, mas, sobretudo, é uma construção social, histórica, política hierarquizadora das relações sociais, a qual mulheres, especialmente negras e pobres, estão sob condições de muita desvantagem.

Segundo Guimarães (2009), as raças são evidentes em alguns países. Ali, como todos têm um sexo, uma idade, uma nacionalidade, tem também uma raça. No Brasil, como em outras partes do mundo, “raça” não faz parte do vocabulário erudito ou da considerada boa linguagem. Apenas entre pessoas “não refinadas”, e nos movimentos sociais, onde militam pessoas que se sentem discriminadas por sua cor e compleição física. (GUIMARAES, 2009).

Raça é um conceito relativamente recente. Antes de adquirir qualquer conotação biológica, raça significou, por muito tempo, “[...] um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum” (BANTON apud GUIMARAES, 2009, p.23). Em outros termos, os grupos raciais seriam um tipo particular de grupos étnicos, nas quais a ideia de raça, originou uma certa etnicidade ou sendo esta preexistente, sedimentou-a.

Os conceitos raça e etnia não são sinônimos, mas complementares, razão pela qual nas diversas produções é comum encontrarmos a associação raça/etnia. Para Eurico (2013), o termo raça continua atual e os aspectos culturais abarcados pelo termo etnia são motivadores de discriminação, principalmente quando associados à raça. Logo, prefere problematizar a questão racial a partir da discussão de raça/etnia.

O termo negro, por sua vez, para além da cor da pele, remete a uma origem racial, aos descendentes de africanos no Brasil, valorizando os atributos físicos e culturais daqueles que representam significativa parte da população brasileira. O termo tem um sentido político, de sujeitos que constroem a história, ao mesmo tempo em que se constroem. Nessa perspectiva, negro é uma categoria utilizada pelo movimento negro para reforçar a identidade, em que preto e pardo são apenas cores, enquanto negra seria a raça, em sua dimensão social (EURICO, 2013).

De acordo com o Estatuto da Igualdade Racial, Lei no. 12.288/ 2010, em seu parágrafo único, inciso IV, a população negra é definida como sendo o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam auto definição análoga.

Como anteriormente abordado, a orientação sexual predominante na pesquisa é a heterossexual, seguida por homossexual e bissexual. Lhomond (2009, p.231) aborda sexualidade como a construção social, a formatação e a ordenação do uso dos corpos e, em particular - mas não exclusivamente - dos órgãos genitais, para obtenção de prazer físico e mental. Dessa forma, compreende como um conjunto de normas e regras variáveis conforme a época e a sociedade.

Para Jesus (2012), orientação sexual diz respeito à atração afetivo-sexual por alguém de algum gênero, pontuando que orientação sexual e gênero são dimensões diferentes. Explica que não há uma norma de orientação sexual em razão do gênero das pessoas, por isso é que nem todo homem ou toda mulher é “naturalmente” heterossexual. Ainda, a autora segue explicitando as manifestações da orientação sexual: bissexual é a pessoa que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de qualquer gênero; heterossexual diz respeito à pessoa

que se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero diferente daquele com o qual se identifica; homossexual é quem se atrai afetivo-sexualmente por pessoas de gênero igual àquele com o qual se identifica.

Percebeu-se que, quando da aplicação dos questionários às/aos estudantes, algumas pessoas tiveram dúvidas quanto ao significado de identidade de gênero e orientação sexual, sendo frequentes perguntas às pesquisadoras sobre o que responder. O comentário de uma estudante ao questionar as categorias explícita: “- Não entendo isso, e não sou dessas coisas de vocês, jovens!”. Disso, pode-se sugerir que esses conceitos teóricos ainda estão pouco democratizados e, quando referidos, geralmente, são carregados de muito preconceito, embora suas determinações estejam presentes na vida real.

Por isso é que é fundamental a formação em Serviço Social contemplar mais e melhor essas questões. Assim, pontua-se essencialmente o gênero, já que tem importante rebatimento nas relações sociais e, inclusive, possibilitaria melhor entendimento dos próprios fundamentos da profissão.

Seguindo a problematização dos dados, traz-se a questão de filhos/as, em que 71% não possuem, enquanto 28% afirmaram ter. Destes, 50% possuem 1 filho/a, 29% 2 filhos/os e 21% têm 3 filhos/os ou mais. Daí emerge uma preocupação feminista. Como no curso 83% das estudantes são mulheres, fica fácil concluir que quase a totalidade destas 28% são também mulheres, que provavelmente têm que conciliar formação profissional e cuidado com as/os filhos, cujas/os, muitas vezes, acompanham suas mães durante a aula.

Essa questão, infelizmente, também é possível presumir, já que, pela construção das relações sociais de gênero, o cuidado é delegado e sobrecarregado nas mulheres. Essa sobrecarga não é dividida nem com demais membros da família, nem, conseqüentemente, com o Estado, que não garante vagas suficientes em creches. Na universidade, creche é compreendida como uma das áreas em que se deve desenvolver ações de assistência estudantil conforme o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Mas assim como no restante, as ações são insatisfatórias, bem como secundarizadas pela instituição em detrimento do atendimento de condições consideradas mais objetivas para a sobrevivência, como alimentação e moradia. Então essa não é uma condição relevante e objetiva na formação profissional das mulheres, mães, trabalhadoras, estudantes de universidades públicas em período noturno?

Na especificidade do Serviço Social – UFSM, o perfil das/os estudantes foi visto pelas/os entrevistadas/os como mais crítico que de outros cursos, o que, apesar de se tornar um desafio para a implantação do curso, é algo muito positivo (pelo envolvimento com a assistência estudantil, eventos e também a inserção de egressas em espaços como a residência multiprofissional e pós-graduação em geral). Segundo a/o Entrevistada/o 3:

[...] os estudantes do serviço social têm perfil que se diferencia e isso é muito positivo, porque eles levaram muitos debates importantes da universidade, vou citar um deles, a própria política de assistência estudantil. No meu entendimento, o curso de Serviço Social foi determinante para muitas conquistas, e isso também se revela em cenários de representação estadual, representação nacional. Há um reconhecimento do curso de Serviço Social por meio desse trabalho dos estudantes, desta organização do movimento estudantil em diferentes esferas, e acho que isso é muito relevante e não só na graduação. Isso é muito interessante porque nós estamos vivendo um processo de protagonismo do Serviço Social dentro de algumas instituições, por exemplo, dentro do programa de residência multiprofissional, porque hoje majoritariamente os estudantes, como profissionais, que estão dentro do programa de residência, são ex-alunos nossos, egressos do curso de Serviço Social [UFSM] e eles levaram essa convivência do movimento estudantil para a residência, com muitos propósitos, como por exemplo, para fazer a carga horária complementar se ofereceu um trabalho social a partir de uma igreja como voluntariado, o pessoal fez uma revolução, eu acho que isso muito bacana, foi determinante em muitos momentos se fez visível de uma forma qualificada, do meu ponto de vista, da própria ação de um discurso claro que buscando resguardar direitos de uma forma bastante contundente em vários momentos, que resultaram em muitas conquistas. Acho que isso é o fundamental e precisa ganhar esse relevo para nós docentes, salvo melhor juízo, não é tão simples assim porque em qualquer cenário que nós vamos, somos reconhecidas pela fortaleza do movimento estudantil no sentido de resistência.

O comentário exposto na fala da/o Entrevistada/o 3 evidencia o quanto o movimento estudantil da UFSM é forte, atuante e acaba por ser um diferencial desse curso que protagoniza lutas e conquistas em diferentes espaços da Universidade para além do movimento da formação profissional, a exemplo da Residência Multiprofissional. No que tange a graduação, há diversificados espaços de inserção e o DASS é só um desses espaços que se multiplicam no DCE (Diretório Central de Estudantes), estendendo-se até à UNE (União Nacional de Estudantes). Especificamente, em espaços de representação da categoria, tiveram-se a representação de estudantes do Curso de Serviço Social na ENESSO (Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social), nesse último, mesmo que não haja a representação direta, os estudantes costumam ter um alinhamento e articulação nos debates.

A opção pelo curso de Serviço Social é demarcada pela afinidade em 74% das respostas, contra 27% que colocou por ser curso noturno. Além disso, sobre a pergunta de mudança de turno, metade das/os estudantes participantes da pesquisa, ou seja, 50% dos matriculados na época da aplicação do questionário, respondeu que não permaneceria no curso caso ele mudasse para o diurno, visto que, uma grande parte das/os discentes como a pesquisa afirma

são trabalhadoras e trabalhadores e/ou filhas/os da classe trabalhadora, e conforme quantitativo não estariam inseridos numa universidade federal pública e gratuita com ensino de qualidade.

No que diz respeito ao REUNI, o programa foi percebido pelas/os entrevistadas/os como paradoxal em sua implantação, por ter muitas “amarras”, tais quais: matriz do projeto pedagógico aprovado pelo MEC, falta de estrutura física, burocracias, insuficiência de corpo docente, acúmulo muito grande de funções por parte das/os primeiras/os funcionárias/os do curso (estabelecendo múltiplas tarefas para além de suas atribuições).

Através da percepção das autoras, que vai ao encontro dos relatos das/os entrevistados/as, referente ao REUNI, podem ser registrados como sinal de precarização do programa e como pontos a serem melhorados: a questão da inserção de novos cursos sem as devidas e necessárias condições físicas, humanas e financeiras para implantação destes, que pode identificar essa limitação no que concerne a regulamentação do MEC que reduz o quadro docente inicial. Outro destaque é para a infraestrutura, que não é concomitante a implantação e implementação dos cursos, mas sim, posterior e restrita.

Por outro lado, segundo a/o entrevistada/o 3, houve muitas conquistas, dentre elas está o processo seletivo de ingresso pelo ENEM, em conjunto com o REUNI. Muda-se de um processo elitista que não oportunizava a entrada de uma gama de estudantes por não terem as mesmas condições. Portanto:

[...] o REUNI garantiu essa expansão, mas nós tínhamos muitos problemas no ingresso, os vestibulares amarravam muito e eles tinham um nível de exigência que muitas vezes não condizia com a realidade educacional de muitos estudantes que saíam do ensino médio. Então nós tínhamos cursos muito elitistas que absorviam um grupo por meio do vestibular que era, digamos assim, dentro de um patamar muito elevado, então eu acho que o REUNI potencializou isso. O curso de Serviço Social nesse sentido, abriu, alargou essas possibilidades e absorveu um grupo de estudantes, futuros profissionais, que, possivelmente, não conseguiriam inserir-se em outros cursos.

A/o Entrevistada/o 3 ainda completa dizendo que “de forma alguma, eu tenho o entendimento que o curso de Serviço Social é um curso marginal ou de menor valor”. Nessa linha, as/os entrevistadas/os apontam que apesar das dificuldades existentes na trajetória desde a implementação do curso, sempre houve a preocupação de prezar pela qualidade na formação das/os estudantes. Muitas das conquistas foram adquiridas a partir da segunda/terceira turma através da ação conjunta entre as/os docentes, técnicos e discentes do movimento estudantil da primeira turma, que tomou a frente de muitos embates propiciando a obtenção de melhorias.

Foi constatada pela pesquisa a relevância e evidência do trabalho fazendo parte da realidade de estudantes desse curso, em 78%. Dessas/es, 96% o fa-

zem de forma remunerada e 70% possuem cobertura dos direitos trabalhistas. Sendo remunerada, 57% consideram tal renda totalmente fundamental para sua sobrevivência, ao passo que 13% dizem que esta auxilia, mas conseguiriam se manter na ausência desse. Apenas 3% das/os estudantes se manteriam totalmente sem essa remuneração

Relacionado aos dados antes mencionados, evidencia-se também a baixa renda declarada por parte da maioria das(os) estudantes, a média da renda familiar (incluindo todas as rendas que compõem o núcleo familiar, dividida pelo número de componentes) perfaz-se de: 37% para R\$ 938,00 a R\$ 1.874,00, 20% para R\$ 1.875,00 a R\$ 2.811, 21% para até R\$ 937,00, 10% para R\$2.812 a R\$3.748 e 8% para mais de R\$ 3.749,00 (gráfico 20).¹¹ Logo, 58% possuem renda de até 02 salários mínimos.¹²

Ao que diz respeito a benefício socioassistencial recebido pela/o estudante ou sua família, 13% afirmaram possuir. Dentre estas/es, estão: Benefício Socioeconômico da UFSM¹³ (44%), Benefício de Prestação Continuada¹⁴ (19%) e Bolsa Família (19%). Nota-se, por conseguinte que a realidade social das/os estudantes se aproxima daquela das/os usuárias/os dos serviços do Serviço Social, cuja renda preponderante é baixa e acessam benefícios sociais em grande medida. Nesse sentido, a relevância da pesquisa se fortalece, mediante a demonstração científica da necessidade de pensar estratégias e ações para a permanência dessas/es estudantes no ensino superior em Serviço Social.

5 Considerações finais

Importa finalizar esse artigo retomando alguns aspectos essenciais que caracterizam o perfil das e dos estudantes de Serviço Social da UFSM. Sendo assim, a partir dos resultados da pesquisa realizada é possível afirmar que se trata de um curso constituído por: mulher; acima de 22 anos; heterossexual; solteira; gaúcha; residente em Santa Maria; optou pelo curso por afinidade; usuária do transporte público para se deslocar para as aulas na universidade, levando de 30 minutos à 1 hora tanto para chegar à UFSM quanto para retornar para casa, obtendo uma média de gasto mensal de R\$61,00 à R\$100,00; sem filhas (os); dedica aproximadamente para estudos extraclasse por semana de 2 à 4 horas; trabalha de forma remunerada, com cobertura dos direitos trabalhistas, considerando a renda obtida como fundamental para sua sobrevi-

11 O montante tido como base era o valor do salário mínimo nacional à época: R\$937 (novecentos e trinta e sete).

12 Interessa pontuar que talvez houve equívoco de compreensão por parte das (os) estudantes nesta questão, dada a forma como foi formulada, pois seu significado pode ter ficado ambíguo. Apesar de a intenção ser a abordagem da renda per capita, inferimos que algumas(uns) das(os) pesquisadas(os) podem ter compreendido que era renda familiar, porque fizeram questionamentos às pesquisadoras nesse sentido no momento da aplicação dos questionários.

13 Para possuir, é necessário ser estudante de qualquer nível da UFSM e ter renda per capita inferior ou igual a 1,5 (um vírgula cinco) salários mínimo, em moeda vigente, valor este calculado a partir da renda do grupo familiar, associado a fatores de vulnerabilidade social. (Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2017). O BSE dá direito a três auxílios: Alimentação, Moradia e Transporte. Dessa forma, o BSE é instrumento da Assistência Estudantil, que visa garantir as condições de permanência de estudantes na universidade.

14 Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, "o benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família".

vência; dedica em média de 6 à 8 horas para atividades ou trabalhos que exerce; possui renda familiar de até 02 salários mínimos; autodeclara-se de raça/cor branca; é religiosa praticante; com visão político-ideológica de esquerda; sem relação direta com partido político-partidário; não militante de movimento e/ou organização social; não participa de núcleos de ensino, pesquisa e extensão na universidade. Da suposição geral inicial, houve divergência com relação à prática da religião, pois a maioria das/os estudantes é religiosa/o praticante, e à naturalidade, que, no caso, as autoras presumiam ser predominante de Santa Maria, porém isso não se confirmou.

No que tange ao REUNI, o programa foi percebido pelas/os entrevistadas/os como paradoxal em sua implantação, pela precarização da estrutura física, carência de corpo docente e funcionários técnicos administrativos em educação e acúmulo exacerbado de funções por parte das/os primeiras/os servidor/as do curso. Contudo, ressalta-se, percebendo-o em seus limites e possibilidades, em contraposição a demonização que muitas vezes se atribui ao programa.

Nesse diapasão, Koike (2009) refere que a expansão prevista pelo REUNI pode sustentar-se à base de maior flexibilização e desregulamentação, e à custa de aligeiramento do processo formativo e aumento da precarização do trabalho docente e técnico administrativo. Além da qualidade da formação e a produção de conhecimento, segundo a autora, estarem ameaçadas pelo "aulismo" em detrimento da pesquisa, pela falta de formação de pesquisadores e de intercâmbio desinteressado.

Porém a democratização do acesso através do Reuni, é inegável e importantíssima, compreende-se que as políticas públicas de expansão do ensino superior proporcionaram à população trabalhadora condições para se inserirem na universidade, antes tão elitizada. Mesmo que elas tenham suas limitações relacionadas aos recursos físicos e humanos, o produto positivo que geram ressoa em conquistas de avanços para mudanças estruturais. A classe trabalhadora não só acessa uma formação profissional, mas também cria meios de se organizar, mobilizar e enfrentar o que está posto na busca de melhorias, como no caso das e dos estudantes do curso de Serviço Social.

Dentre as possibilidades/conquistas que se visualiza no Curso de Serviço Social a partir das informações coletadas junto às e aos estudantes participantes e às e aos Entrevistados Servidoras e Servidores do referido curso, podem ser destacadas as que seguem. Primeiramente, a baixa evasão de estudantes de Serviço Social (atualmente 216 estudantes ativos/as¹⁵), sem sombra de dúvidas é um dos pontos fortes do curso, considerando que o ingresso é anual, possibilitando 50 vagas em cada entrada. A significativa ampliação de espaços físicos e de conquistas (inserção de profissionais da área, por exemplo, na residência multiprofissional) da UFSM, também é um importante avanço a ser destacado.

¹⁵ Fonte: Secretaria do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Maria, em outubro de 2017.
¹³ Agradecemos a Zaida Castro de Siqueira por também compor o núcleo dessa pesquisa, por participar ativamente das produções relacionadas a esta e que por motivos alheios a nossa vontade, não pode estar participando diretamente da autoria deste artigo.

Além disso, o aumento de docentes da área e técnicos/as administrativos desde que o curso de Serviço Social da UFSM foi implantado, muito embora esses ainda não existam em número ideal. Atualmente há nove docentes em regime de dedicação exclusiva no Curso e três técnicos administrativos, sendo que destes, um na secretaria do Curso de Serviço Social, um na secretaria do Departamento de Serviço Social e outra lotada no Departamento trabalhando no Curso (refere-se a assistente social) que atua junto às/aos estudantes do curso e à frente da Comissão de Estágios de Serviço Social, é uma conquista alcançada com esforços conjuntos. Aliado a isso, a criação da Comissão de Estágio do Curso de Serviço Social composta pela tríade de Estágio Obrigatório de Serviço Social conformada por dois docentes, por uma Assistente Social técnica-administrativa em Educação, um estudante da turma de estagiários e à espera da representação de uma assistente social de campo.

A Criação do Departamento de Serviço Social (DSS) foi um avanço relevante na demarcação da área do conhecimento de Serviço Social que é bastante recente na UFSM, bem como ainda subestimada em termos nacionais, apesar de sua trajetória histórica no país já ter chegado a oito décadas. Aliado a isso, a aquisição de verbas exclusivas para esse curso também decorre da instituição do DSS.

A construção da biblioteca setorial do CESH também foi um importante espaço conquistado, inclusive em termos geográficos, pois está mais próximo dos prédios em que o Curso de Serviço Social tem suas aulas na universidade.

A histórica e forte atuação do Movimento Estudantil na UFSM que encontrou nas e nos estudantes de Serviço Social participantes ativas e ativos que protagonizaram e protagonizam lutas e conquistas nos diferentes espaços.

Algumas sugestões considerando o conteúdo advindo das entrevistas e a realidade das e dos estudantes evidenciados nesta pesquisa:

Um diálogo aberto entre estudantes e docentes quanto a oferta do curso de Serviço social da UFSM vir a se tornar diurno, tendo em vista que, 50% das e dos terem referido que não permaneceriam no curso, caso o mesmo passasse a ser diurno. Muito embora permaneça a incógnita de como dar conta dos estágios obrigatórios em Serviço Social e das supervisões acadêmicas, pois ambas acontecem nesse período.

Um necessário diálogo entre Coordenação, docentes e representações estudantis quanto ao compromisso visando qualidade e excelência na formação profissional em Serviço Social, no sentido de se garantir momentos de leitura, estudos, escrita e maior tempo possível nos espaços de sala de aula.

Outra proposta é a de dar continuidade a essa pesquisa, ampliando-a para os outros dois cursos de Serviço Social de universidades públicas, gratuitas e federais do Rio Grande do Sul, Universidade Federal do Pampa (Unipampa) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), buscando traçar a caracterização socioeconômica das e dos estudantes dessas universidades.

Sugere-se, também, ampliar espaços de estudos e discussões na formação profissional acerca da categoria gênero, identidade de gênero, orienta-

ção sexual e etnia/raça, tendo em vista que o perfil de estudantes de Serviço Social é constituído majoritariamente por mulheres, é mister que saibam se posicionar com conhecimento e respeito, sobretudo no que defende o Código de Ética da/o assistente social que apregoa em seu XI princípio fundamental o "Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física" (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Acentua-se ainda, a demanda de se envidar esforços no sentido de se oferecer um curso de Pós-Graduação, preferencialmente em nível de Mestrado na área de Serviço Social (atualmente em Universidade Pública no Estado do Rio Grande do Sul, somente uma oferta, a UFRGS, situada na capital desse). Esse é um investimento essencial de um futuro bem próximo que as e os docentes precisarão estar atentas e atentos, pois para um Curso que obteve nota máxima na avaliação do MEC/INEP, não poderá permanecer ausente de um programa de Pós-Graduação para dar continuidade à qualificação e formação continuada de suas egressas e egressos e demais profissionais da área no interior do Rio Grande do Sul. Obviamente que, quanto a essa questão, tem-se os demais cursos de Mestrado em áreas afins e interdisciplinares, contudo defende-se que um Mestrado em Serviço Social é muito importante para a afirmação da área na região central e no interior do Rio Grande do Sul.

Por fim, ressalta-se a importância dessa pesquisa que contribuiu para desvelar o perfil das e dos estudantes, futuros profissionais de Serviço Social, o porquê da escolha desse curso e quais variáveis elas e eles usaram para escolher, bem como a percepção que tem sobre a realidade da formação profissional que lhes foi ofertada. Conhecer o perfil das e dos estudantes possibilita à universidade planejar ações de assistência estudantil que contemplem as necessidades das e dos estudantes. Além disso, pode-se, com isso, obter subsídios para uma melhor interação entre professor/aluna/o e para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que se tem conhecimento de quem são as e os estudantes de Serviço Social da UFSM e quais suas principais demandas.

Referências

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2002. 5ª reimpr. - 6ª ed. 1986.
- BARBETTA, P. A. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. - 6ª. Edição revisada. Florianópolis: UFSC, 2006.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARROCO, M. L.S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- BOBBIO, N. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Editora UNESP, São Paulo, 1995.
- _____. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. Editora UNESP, São Paulo, 1997.
- BRASIL. Decreto Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e

- Expansão das Universidades Federais - REUNI. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09 jan. 2017.
- _____. Decreto Nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em: 12 set. 2017.
- _____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 dez. 1993
- _____. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 jan. 2002.
- _____. **Lei Nº 12.288/2010 (Lei Ordinária)**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.
- _____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 jul. 2015.
- _____. Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Diretrizes Gerais. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Ago. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2015.
- CASTRO, A. M.; DIAS, E. F. (Org); DURKHEIN, E; WEBER, M; MARX, K; PARSONS, T. **Introdução ao pensamento sociológico**. 17.ed. São Paulo: Centauro, 2004.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. - 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. 2.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2015.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Assistente social: um guia básico para conhecer um pouco mais sobre esta categoria profissional**. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/deliberacao3comunica-material-midia-POSNACIONAL-final.pdf>> Acesso em: 08 de dez. de 2016.
- _____. (Org.). **Assistentes Sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005.
- _____. **Código de Ética Profissional**. Resolução CFESS nº 273/93, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais e dá outras providências. Brasília, mar. 1993.
- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Disponível em <<http://w3.ufsm.br/nucleodecomites/index.php/cep>>. Acesso em: 08 de dez. de 2015.
- DURHAM. E. R. **A política educacional do governo Fernando Henrique Cardoso: Uma visão comparada**. Versão online da revista Novos Estudos - CEBRAP, nº 88. São Paulo, dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.cesob.org.br/revista/2009/12/20091208_durham_e_r_a_politica_educacional_do_governo_fernando_henrique_cardoso_uma_visao_comparada.pdf> Acesso em: 16 nov. 2015.
- EURICO, M. C. **A percepção do assistente social acerca do racismo institucional**. In: Revista Serviço Social & Sociedade, n. 114. São Paulo: Cortez, 2013. P. 290-310.
- FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**: Relatório Final da Pesquisa. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2004. 89p. 1ª ed. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/foaprace/perfil/2004/IFES/foaprace_com_linhas.pdf>. Acesso em: 08 de dez. de 2015.
- GUIMARÃES, A. A. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. - 3ª. Edição. - São Paulo: editora 34, 2009.
- JESUS, J. G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%84NERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2017.
- KOIKE. M.M. **Formação profissional e Serviço Social: exigências atuais**. In: CFESS. ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Editora Serra Dourada. Brasília, 2009.
- LHOMOND, B. Sexualidade. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP,

- 2009, p.231-235.
- LIEDKE, E. R. Trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e Tecnologia**. 4. ed., rev. ampl. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 341-346.
- MARTINELLI, M. L. O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social. In: MARTINELLI, M. L. **O uso de abordagens qualitativas na pesquisa em Serviço Social: um instigante desafio**. Caderno do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Identidade – NEPI, São Paulo, n.1, 1994. P. 11- 18.
- MATHIEU, N. Sexo e gênero. In: HIRATA, H. et al. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p.222-230.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Censo da Educação Superior 2013 – CENSUP**. <Http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/apresentacao/2014/coletiva_censo_superior_2013.pdf>. Acesso em 08 de dez. de 2015.
- OLIVEIRA, D. A. **As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências**. Versão online da revista Educação e Sociedade – v.32, n. 115. Campinas, junho de 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302011000200005>. Acesso em: 16 de nov. de 2015.
- RISTOFF, D. **O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação**. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Brasil. 2014.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SIMÕES, P. **Assistentes Sociais no Brasil: um estudo a partir das Pnads**. E-papers. Rio de Janeiro, 2012.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Editais da II JAI Jovem 2017**. Santa Maria, 2017. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/jai/images/EDITAL_-_II_JAI_JOVEM_2017.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Edital Nº 022/2017, 21 de julho de 2017. **Processo Seletivo do Benefício Socioeconômico da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, 21 jul. 2017. Disponível em: <http://site.ufsm.br/arquivos/uploaded/editais/7d84caef-23a4-46a0-baf7-da7a0c44916d.pdf>. Acesso em: 12 set. 2017.
- _____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. **Setor de Bolsas**. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/prae/index.php/divisoes-contatos/setor-de-bolsas>. Acesso em: 11 set. 2017.
- _____. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Relatório 2016. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/prae/index.php/resolucoes-e-formularios>. Acesso em: 08 jan. 2018.
- _____. **UFSM Indicadores - Estudantes por Nível de Ensino por Unidade Universitária**. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/indicadores/select/6>. Acesso em: 11 set. 2017.
- VARGAS, M. H. P., M. F. C. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. Revista da Avaliação da educação Superior (Campinas). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772013000200012>. Acesso em: 09 de nov 2015.